

Secretário de Estado da Energia quer mudança de paradigma

## O Plano Nacional de Promoção de Biorrefinarias

Jorge Seguro Sanches

O Plano Nacional de Promoção de Biorrefinarias (PNPB), aprovado recentemente, é um instrumento ao serviço do desenvolvimento sustentável baseado na bioeconomia, que pretende contribuir para o ordenamento do território através da utilização sustentável das biomassas. Estas são um recurso renovável abundante em Portugal, utilizável na produção de energia, permitindo a diversificação das fontes energéticas, mas também na produção de eletricidade, calor e biocombustíveis avançados com reduzi da pegada de carbono.

A sinergia entre a política energética e a florestal é fundamental em territórios densamente florestados, como nas regiões Centro e Norte, associados a um risco intolerável de incêndio e exigindo assim a concretização de políticas públicas redutoras desse mesmo risco. O Governo através do Decreto-Lei nº 64/2017, de 12 de junho, aprovou um regime especial e extraordinário para a instalação e exploração, por municípios, comunidades intermunicipais ou por associações de municípios de fins especi-

ficos, de novas centrais de biomassa. Foram ainda definidas medidas de apoio e incentivo para assegurar a defesa da floresta, do ordenamento e preservação florestais, e do combate aos incêndios. Mas a simples combustão de biomassa nestas centrais não pode ser o único instrumento político, pois é a única fonte renovável contendo carbono, o que a torna um bem demasiado valioso que urge ser valorizado para novas cadeias económicas. É o caso das biorrefinarias, que produzem uma múltipla gama de produtos finais e intermediários para os sectores da Energia, indústria química, alimentar, rações, materiais biocompósitos ou bioplásticos.

O desafio de Portugal passa por posicionar a biomassa como parte integrante da mudança de paradigma industrial, rumo a uma utilização mais racional dos recursos renováveis, à semelhança do que se fez na eólica e no solar. Este trabalho resulta de uma equipa constituída entre as áreas de governação das florestas e da energia, com um trabalho de vários serviços públicos, dos quais destaco o LNEG e o investigador Francisco Girio.

O Plano visa criar polos industriais inovadores de refinação de biomassas, com consequente substituição de

recursos fósseis e poupança de emissões de gases geradores de alterações climáticas no *cluster* da bioeconomia. A coesão territorial e a valorização do território são aqui pontos centrais. A consequência natural resultará na criação de mercados locais ou dinamizados por comunidades intermunicipais de biomassa. O financiamento deste plano decorrerá dos fundos estruturais de apoio ao território e ao desenvolvimento tecnológico, fundos europeus para a investigação e inovação, como o Horizonte 2020. Igualmente relevantes são os fundos previstos no âmbito de legislação em preparação relativa à transposição de Diretivas Europeias na área da promoção das renováveis (oportunidade financeira que não podemos desperdiçar com a futura transposição — praticamente finalizada — para a legislação nacional de Diretivas comunitárias, em particular a Diretiva ILUC que reviu a atual Diretiva de promoção de energias renováveis, nas matérias da introdução de renováveis nos transportes.

Cabe a todos, e ao Estado, em particular, concretizar este Plano que pode trazer à economia a um país mais justo e equilibrado, utilizando os seus recursos endógenos.